



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Ensino de História na Contemporaneidade: entre teoria e prática

Raick De Jesus Souza^I

Quais são os principais dilemas postos ao professor de História em contexto de conservadorismo? Examinar as questões referentes ao ensino de História na contemporaneidade pode assumir diversos itinerários, dessa forma, mostram-se necessárias algumas seleções, a fim de tornar a discussão mais coesa. A obra em questão, organizada pelos professores Fabrício Lyrio Santos e Sérgio Guerra Filho, ambos ligados à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, reuniu uma série de trabalhos, produzidos em torno da discussão sobre reforma do ensino básico, formação docente, relações professores/alunos e escola/universidade e ensino de história afro-brasileira e indígena, ocorridas durante os Encontros Estaduais de Ensino de História promovidos pela ANPUH-BA entre os anos de 2003 e 2017.

Uma das maiores riquezas desse trabalho, além de seu caráter plural, agregando diversos pesquisadores, temas e matizes diferenciadas no tratamento das questões referentes ao ensino de História, foi trazer à tona a urgência dessa discussão em um cenário marcado pelos retrocessos nos direitos adquiridos, no aumento vertiginoso do autoritarismo e do conservadorismo, combinados sobremaneira pelos preconceitos étnico-raciais, religiosos e culturais.

Em um estudo seminal, *Por que estudar História?* (2007), o historiador Caio Cesar Boschir apresentou em linhas gerais alguns dos fundamentos que justificariam o ensino e a aprendizagem da História, tendo em conta seu caráter pedagógico, político, social e humanista. Mesmo que não exista entre esses dois trabalhos um diálogo explícito, podemos perceber em *Ensinar História no séc. XXI: Dilemas e perspectivas* um forte interesse em aprofundar a discussão sobre o papel social da disciplina na compreensão do mundo e na formação da cidadania brasileira, trazendo à baila a complexidade de nossa sociedade, em suas dimensões multiculturais e multirraciais. Os cinco primeiros capítulos trataram especialmente da relação Educação Básica e Ensino Superior e suas diversas intersecções.

No primeiro capítulo, por exemplo, Maria Aparecida Lima dos Santos apresentou uma rica discussão sobre a “cultura escolar” e a formação profissional do professor de História, enfatizando os diversos dilemas e especificidades entre esses dois mundos, que mesmo complementares, tem dinâmicas próprias. Desse modo, a autora propôs uma aproximação entre a Escola de Ensino Básico com a Universidade, a fim de fortalecer as trocas e promover um maior alinhamento de interesses entre esses dois espaços, na construção de um projeto mais amplo de cidadania. De forma contextual, o terceiro capítulo, escrito por Heloisa Helena Tourinho Monteiro, construiu um panorama do ensino de História na educação brasileira, ressaltando suas diversas transformações ao longo dos últimos anos.

Algumas dessas transformações, como o estabelecimento do “novo Ensino Médio” e da instituição na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi o tema do segundo capítulo, produzido por Carlos Augusto Lima Ferreira e Edicarla dos Santos Marques, no qual os autores advertiram para os diversos dilemas apresentados por esses novos programas de ensino, tendo

SOUZA, R.J.

em vista a autonomia docente e a construção de um currículo unificado, apagando as especificidades locais e prejudicando o tratamento mais justo dos problemas sociais atuais, pautando-se, por exemplo, a BNCC, em uma visão conteudista de grandes eventos históricos.

Ainda com relação aos problemas advindos do currículo escolar, especialmente no tocante ao ensino de História nos anos iniciais do ciclo básico, o texto de Paulo Eduardo Dias de Melo examinou a experiência paulista de exclusão do ensino de algumas disciplinas, entre elas História, Geografia e Ciências físicas e biológicas, do currículo do Ensino Fundamental, durante o ano de 2007. A partir desse exemplo, o autor propôs uma discussão que dá conta de responder a questionamentos como o momento ideal para início do ensino de História às crianças em processos de alfabetização, ou mesmo, a relevância dessa disciplina no processo formativo do indivíduo, tendo em vista os diversos interesses em jogo. Discussões essas que foram temas de controvérsias quando do estabelecimento do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa/PNAIC (2012), no qual foram priorizadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento dos demais saberes.

A discussão sobre a prática docente e a formação profissional voltou à tona com o quinto capítulo, produzido por Tatiana Polliana Pinto de Lima, no qual a autora problematizou os diversos dilemas e possíveis soluções para o suposto “afastamento” da teoria e prática, retomando em muitos pontos alguns dos questionamentos lançados por Maria Aparecida Lima dos Santos no primeiro capítulo.

No tocante ao ensino da História afro-brasileira e indígena, as discussões propostas no sexto e no sétimo capítulo nos oferecem um panorama geral do “estado da coisa”, ao investigarem as ações didáticas e as práticas formativas no contexto escola/universidade. Jorgeval Andrade Borges realizou uma reflexão sobre as diversas disputas que culminaram no estabelecimento da obrigatoriedade do ensino de História da África a partir da lei de nº 10.639/03 e sobre as diversas temáticas possíveis, tais como, por exemplo, a formação dos reinos e impérios antigos. Nessa mesma esteira, o trabalho de Erlon Fabio de Jesus Costa analisou a instituição da lei de nº 11.645/08 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e das Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, a fim de pensar as diversas perspectivas pedagógicas possibilitadas, entre elas a temática da sustentabilidade.

O oitavo capítulo, de autoria de Leandro Antonio de Almeida, tratou do ensino de História a partir do prisma da religiosidade, e os diversos embates existentes no espaço escolar envolvendo visões conflitantes de mundo com relação a religião entre alunos e professores, tendo em vista contribuir com a formação do consenso de ser a sala de aula um lugar por excelência para discussões livres. Por fim, o nono capítulo discutiu o fascínio que o estudo de História desperta em alunos da educação básica e do ensino superior. De forma quase que etnográfica, a professora Maria Antonieta de Campos Tourinho rememorou sua trajetória como professora de educação básica pelos idos de 1968 e seu exercício profissional atual como formadora docente, a fim de estabelecer um paralelo acerca do ensino de História e de sua capacidade de promover o interesse dos alunos na compreensão dialética e temporal entre passado e presente. Assim sendo, mesmo evidenciando que essa relação pode causar um certo desencanto por partes de alguns, o que é perceptível pelo desânimo dos discentes em participar de algumas atividades discursivas e práticas, a pesquisadora enfatizou que no processo ensino/aprendizagem é indispensável o “gosto”, possibilitando a transformação do tédio em atração, da inércia em curiosidade, a fim de ver na História sua imbricada relação com questões existenciais, do ser e do indivíduo, “[...] com a sua dimensão social do ser coletivo”.^{II}

Vista de forma individual, cada discussão possibilita a imersão em uma temática relevante e que nos suscitem valiosos questionamentos, tais como, as interações entre espaços

SOUZA, R.J.

e agentes sociais ou mesmo a colocação dos conhecimentos entre a prática e a teoria no processo ensino/aprendizagem. Consideradas de forma comparada, as várias partes nos mostram a partir da própria história do ensino de História no Brasil as diversas disputas, dilemas e embates no campo social e cultural, tendo em vista suas instituições de educação básica e de formação profissional. Ainda de forma comparativa, podemos ver com base nos diversos capítulos aqui reunidos, os numerosos caminhos possíveis em torno da discussão sobre o Ensino de História, levando em conta a formação docente, a constituição das agendas de pesquisa e ensino, a relação escola/universidade e professores/alunos etc. Todavia, observamos também reafirmado o papel da disciplina História como elemento de transformação social e construção da cidadania.

Por fim, gostaríamos de sinalizar, em consonância com Circe Fernandes Bittencourt^{III} e Ana Maria Monteiro^{IV}, para as diversas transformações ocorridas, tanto no ensino de História quanto no estudo sobre o Ensino de História no Brasil nos últimos anos, marcados sobremaneira pelas mudanças epistemológicas e políticas, o que é ratificado pela obra em questão.

Notas:

^I Doutorando de Memória: Linguagem e Sociedade do PPGMLS/UESB, com bolsa CAPES; mestre em História das Ciências e da Saúde pela COC/FIOCRUZ; raickdjs@hotmail.com.

^{II} p. 199

^{III} 2004; 2018

^{IV} MONTEIRO, 2014

Referências

BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. “Reflexões sobre o ensino de História”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142018000200127&script=sci_arttext. Acesso em: 22/06/2020.

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar História?*. São Paulo: Ática, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria *et al.* (org.). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2014.

SANTOS, Fabrício Lyrio; GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz (orgs.). *Ensinar história no século XXI: Dilemas e perspectivas*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2019, 204 p.